O ano de 2016, entra para a história da ASSESOAR, pois foi o ano que a entidade comemorou seus 50 anos de trabalho.
Desde que foi fundada, a entidade preservou um dos elementos mais fortes de sua identidade: uma organização de agricultores familiares camponeses, construída como instrumento de luta por transformações sociais. Estas transformações que possam construir a emancipação das classes populares, em especial a agricultura familiar camponesa.
Durante o ano formam várias atividades comemorativas, iniciando no dia 30 de março com a Assembleia Geral Ordinária, na qual participaram Associados(as), entidades parceiras e convidados, neste dia foi lançada a edição 271 da Revista Cambota, edição especial em comemoração aos 50 anos.
Outra atividade que marcou as comemorações foi a XII Festa Regional das Sementes, que aconteceu no dia 04 de Agosto, com participação de mais de 1500 pessoas.
Em novembro foi momento de homenagens e reencontro em comemoração aos 50 anos, foi no dia 23, onde se reuniram sócios fundadores, ex-diretores, entidades parceiras e convidados. Neste dia além das homenagens foi estreado uma peça de teatro que conta a história da entidade e esta vai ser apresentada em outros municípios no início de 2017. A peça de teatro foi gravada em vídeo e vai se tornar um DVD comemorativo aos 50 anos.
Agradecemos a todos e todas que participaram destes momentos comemorativos, que ficarão marcados na história da ASSESOAR.

ASSESOAR

CAMBOTA

ANO XLII | Nº 272 | Dezembro de 2016 | ISSN 1984-0845

Revista 50 anos ASSESOAR

PEC 241/55
A PEC DA MORTE

ASSESOAR

"CAMBOTA" é uma parte da roda da carroça, historicamente e ainda utilizada pelos agricultores familiares da região. Em 1973, João Nalo, agricultor em Santo Antônio do Sudoeste e associado da ASSESOAR, disse que "uma cambota isolada fica sem ação e quando juntas formam a roda que proporciona o movimento". Desde então a roda da carroça passou a ser o símbolo da entidade, e Cambota, o nome desta revista.

Revista CAMBOTA

Ano XLII – nº 272 – Dezembro/2016 – ISSN 1984-0845
A REVISTA CAMBOTA é uma publicação semestral da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESOAR
Av. General Osório, 500 | Caixa Postal 124
CEP: 85604-240 | Francisco Beltrão | PR
Fone: 46 3524 2488 | assesoar@assesoar.org.br
http://www.**assesoar**.org.br

Conselho Diretor e Fiscal
Paulo de Souza, Gelsi A. Dutra, Paulo Roberto Cezekalski, Jonai Girardi Antunes, Julio Nuerberg, Janete Rottava, Rosimeri Daponte, Airton Luiz Freire, Sidinei Martini, Zélide Possamai, Nelsindo Hoffmann, Cristiane Katzer, Geraldo Masieiro, Adir Lino da Silva e Claudioney Wastchuk.

Conselho Fiscal
Marilene M. Sotoriva, João Valdemar Fortuna, Santa Teresinha S. Sukenski, Sidney Kohwald e Ari Silvestro.

Equipe de escritório e campo
Amaro Korb Rabelo, Andreia F. Vansetto Soares, Elisângela B. Loss, Felipe Fontoura Grisa, Janaina Faligurski, Janete Rosane Fabro, Neziane Folle, Ricardo Callegari, Rogéria Pereira Alba, Valéria Korb e Vilma Favero Marchiori.

Equipe de estrutura
Claidy Antônia Guancino, Derly Guancino, Juliana Alves dos Santos, Marilucia Padilha, Nair Mawieski Pinto, Salute Maria Cavasine Bordun, Roseli Sampaio e Suzana Gotardo de Meira.

Fotos e Imagens
Arquivo Assesoar e imagens da Internet

Coordenação
Amaro Korb Rabelo e Janete Rosane Fabro

Correção ortográfica
Sueli Bevilacqua Baleeiro de Lacerda

Projeto Gráfico e Impressão
Grafit Gráfica e Editora Ltda.

Instituições Parceiras e de Apoio
Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA, Sistema de Cooperativismo de Crédito Solidário – CRESOL, Sistema de Cooperativas de Leite – SISCLAF, Cooperativas de Produção da Agricultura Familiar – COOPAFI, Sindicatos e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF, Movimento Sem Terra – MST, Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços – COOPERIGUAÇÚ, Rede Ecovida de Agroecologia, Movimentos dos Atingidos por Barragens – MAB, União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná - UNICAFES-PR, Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário - INFOCOS, Universidades e Escolas Públicas, Órgãos Governamentais (municipais, estaduais e federais), Território Sudoeste do Paraná, Agências de Cooperação Internacional (PPM Pão Para o Mundo – Alemanha, CCFD – França e IAF – Estados Unidos).

Sudoeste do Paraná – Brasil – Dezembro de 2016

Revista Cambota / Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR. - ano 42, n. 272 (2016) - Francisco Beltrão: ASSESOAR, 2000.

Semestral

ISSN 1984-0845

Continuação do: Jornal Cambota, ano 1-26(1-247), 1973 – 1999. A partir do ano 34, n. 260 de 2008, foi atribuído ISSN.

1. Agricultura Familiar – Periódicos. 2. Educação do Campo - Periódicos. 3. Agroecologia – Periódicos. 4. Desenvolvimento Local – Periódico. I. Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesoar.

CDD – 050

Ficha Catalográfica: Sandra Regina Mendonça CRB: 9/1090

Sumário

05 *Sobre ajustes fiscais, reformas e dívida pública*

14 ***O novo ajuste fiscal:*** *PEC 241/55 e os investimentos em agricultura e educação*

18 *Usina Baixo Iguaçu* ***uma história de descaso***

22 *As Cortinas Invisíveis da Ideologia Burguesa e os Desafios da Formação dos Trabalhadores*

24 *Entenda o Programa* ***Escola Sem Partido/ Lei da Mordaça***

26 *Violação dos direitos e a perda da Biodiversidade*

32 *A questão agrária no Brasil*

37 *Organizar a resistência e a defesa de direitos!*

40 *6º Encontro Sulbrasileiro de Organizações e Movimentos Sociais*

Apresentação

O ano de 2016, foi um ano de muitas ações, além de muitas atividades relacionada aos 50 anos da entidade. Na a edição 272 da Revista Cambota você encontra, como eixo central, uma preocupação fundamental na atualidade: no que se refere a conjuntura, principalmente política e econômica que estamos passando no Brasil, esta conjuntura afeta diretamente as nossas ações.

Certamente teremos muito a conversar e muito a debater. Nossa certeza é que seremos capazes de construir um projeto popular para a sociedade brasileira desde que sejamos capazes de nos olhar e sentar juntos para construir alternativas que sejam muito maiores que a soma de nossos esforços individuais.

Temos a certeza que a nossa trajetória nos próximos anos será resultado de muita dedicação e de permanente articulação em que cada um se sinta parceiro de um projeto necessariamente coletivo.

Boa leitura a todos(as).

Direção e equipe

Sobre ajustes fiscais, reformas e dívida pública

Ricardo Callegari

> *"Lutar para nós é um destino. É uma ponte entre a descrença e a certeza de um mundo novo"*
>
> *(Frelimo: Frente de Libertação de Moçambique)*

O Brasil é a 9ª economia do mundo[1], possui a terceira maior reserva de petróleo, a maior reserva de água potável e a maior área agricultável do mundo, porém com uma economia que passa por um cenário de crise desde 2013. Em seguidas reportagens na imprensa vemos menções aos "rombos" nos cofres do Estado, a dificuldade de arrecadação e o encolhimento do Produto Interno Bruto - PIB. No ano de 2015, avaliaram os economistas que o Brasil teve um déficit de R$ 111,2 bilhões e as projeções para 2016 são de um novo déficit entorno de R$ 170,5 bilhões.

Como se formou o déficit? O que está provocando o rombo nas contas públicas? Quais as propostas para solucioná-las? Em que medida as propostas impactam em nossas vidas? Quem sai ganhando com estas medidas? Há outras possibilidades de controlarmos o déficit? Debater sobre estas questões é importante neste momento e é o objetivo deste artigo visando contribuir com nos debates sobre a crise econômica e política no Brasil e sobre as alternativas à esquerda para este momento.

Para entendermos este, processo é importante considerarmos que a economia de um país sofre influências internas (devido às políticas macroeconômicas adotadas pelo Estado) e externas (através das disputas geopolíticas e das crises de superprodução do capitalismo).

Toda sociedade precisa trabalhar e produzir, logo, precisa organizar-se para isso. Essa forma de organizar o trabalho e a vida em sociedade chamamos de "modos de produção". Ao longo da história da humanidade, já passamos por diversos "modos de produção" nos quais um tipo específico de organização econômica prevaleceu sobre os outros. Tivemos, por exemplo, o predomínio do trabalho escravo (modo escravista), ou ainda, o predomínio da servidão (modo feudal).

O atual modo em que vivemos chama-se capitalismo, cuja forma preponderante de organização do trabalho é através do assalariamento, de acordo com qual, os trabalhadores vendem sua força de trabalho em troca de um salário. No capitalismo, os frutos do trabalho são transformados em mercadorias e apropriados pelas mãos de poucos capitalistas[2].

Acontece que o modo capitalista de produção frequentemente entra em crise econômica. Foi assim em 1929, com a quebra da Bolsa de Nova Iorque; em 1960, com crise do petróleo; em 1980 com crises financeiras que empurraram os países da América Latina aos planos do Fundo Monetário Internacional-FMI e aos projetos neoliberais. Em 2008, o mundo experimentou outra crise financeira. Esta última[3] começou nos Estados Unidos e logo alastrou-se para Alemanha, Reino Unido e França quando diversos bancos e empresas decretaram falência e deixaram milhares de trabalhadores sem emprego e sem moradias.

Num segundo momento, os países afetados foram Grécia e Espanha. A taxa de desemprego nestes países subiu muito desde 2008, chegando a 27,9% em setembro de 2013 na Grécia e 26,3% em abril na Espanha, conforme gráfico com dados coletados do Eurostat.

A Rússia foi outro país afetado em 2013 com a crise internacional. Com as seguidas desvalorizações dos barris de petróleo, sua principal fonte de receita, a moeda russa (rublo) tem passado, desde então, por uma grande desvalorização em relação ao dólar. No ano de 2014, o rublo acumulou uma desvalorização de 50%, mesmo com o país operando uma taxa de juros de 17% ao ano.[4] A China, por sua vez, viu sua taxa de crescimento de 13%, no ano de 2007, cair para 7,4% em 2014.

Países como os Estados Unidos e China foram os principais compradores das commodities brasileiras em 2012, segundo o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, conforme exposto na tabela abaixo. Com a crise econômica de 2008, porém, as taxas de importação desses países diminuíram, constituindo um dos pilares da crise de arrecadação do Estado brasileiro.

Produção e Exportação Brasileira do Agronegócio Ranking Mundial em 2012

Produtos	Produção	Exportação	Número de Países	Principal comprador
Açúcar	1º	1º	126	Rússia
Café	1º	1º	133	EUA
Suco de laranja	1º	1º	68	Bélgica
Soja e seus produtos	2º	2º	95	China
Carne bovina	2º	2º	135	Rússia
Etanol	2º	1º	34	EUA
Carne de aves	3º	1º	145	Japão
Milho	4º	4º	48	Irã
Carne suína	4º	4º	74	Rússia

Fonte: SRI/MAPA, organizado pelo autor

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) organizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA[5], no período de janeiro a julho de 2015, houve um recuo de 22,6% das receitas oriundas das exportações brasileiras para a China. Isso significou uma queda de arrecadação de cinco bilhões de dólares nestes 7 meses em comparação com o mesmo período de 2014.

A retração do mercado chinês diminuiu a exportação brasileira e também derrubou os preços dos produtos exportados. Segundo o mesmo estudo, "no primeiro semestre de 2014, o preço médio da soja caiu 23,5%, enquanto o do minério de ferro despencou 52,3%. Numa economia como a brasileira que sua base é organizada pela exportação e pouca pelas demandas internas, qualquer oscilação nos índices de crescimento dos países compradores reflete diretamente na política de arrecadação.

Como forma de lidar com a crise de arrecadação do Estado, sem deixar que as empresas e bancos entrem em falência, os Estados Unidos (inclusive o Brasil) passam a implementar políticas de "austeridade". Vamos analisar os impactos de algumas destas políticas.

1 https://www.ecodebate.com.br/2016/09/08/as-13-maiores-economias-do-mundo-em-2016-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/ , acesso em 25/11/2016 às 14 h e 38 min.
2 Estudos recentes compravam que 1% da população mundial possui mais riquezas que os outros 99%. Outros estudos apontam, por sua vez, como as grandes empresas multinacionais exercem um domínio na produção agrícola através dos monopólios das sementes, das tecnologias agrícolas, dos financiamentos, etc.
3 Está análise centra-se em aspectos da crise mundial financeira, outras pesquisas apresentam elementos para entender outras facetas das crises mundial do capitalismo, tais como: HARVEY, David. O Enigma do Capital e as crises do Capitalismo. Boitempo, 2011.

O papel do Estado e das políticas internas para enfrentar a crise financeira

Para enfrentar a crise das empresas e dos bancos, uma alternativa construída pelo governo americano, por exemplo, foi de "resgate do sistema financeiro". Isto é, salvar os grandes bancos através de ajudas trilionárias por parte da União e exercendo cobrança de juros próximos a 0%. Esta política transferiu para os bancos e corporações o montante de 12, 742 trilhões de dólares entre 2007 e 2010.[6]

Resgate do sistema financeiro pelo governo norte-americano

Banco	Valor (em dólares)
Citigroup (EUA)	2,5 trilhões
Morgan Stanley (EUA)	2,04 trilhões
Merrill Lynch (EUA)	1, 949 trilhões
Bank of America (EUA)	1,344 trilhões
Barclays PLC (Reino Unido)	868 bilhões
BearStems (EUA)	853 bilhões
Goldman Sachs (EUA)	814 bilhões
Royal Bank of Scotland (Reino Unido)	541 bilhões
JP Morgan Chase (EUA)	391 bilhões
Deutsche Bank (Alemanha)	354 bilhões
UBS (Suíça)	287 bilhões
CreditSuisse (Suíça)	262 bilhões
Lehman Brothers (EUA)	183 bilhões
Bank of Sotland (Reino Unido)	181 bilhões
BNP Paribas (França)	175 bilhões
Total	**12,742 trilhões**

Fonte: FATTORELLI, 2012, p. 72.

Tal política construída nos EUA levou milhares de pessoas a níveis abaixo da linha da pobreza, aumentando o número de moradores de rua e de desempregados.[7] No Brasil, a política de salvar bancos e empresas privadas também foi adotada. Em menor grau, porém, já que as empresas e instituições do Brasil utilizavam um montante menor de transações com o mercado financeiro (bancos) em crise dos EUA e da Europa.

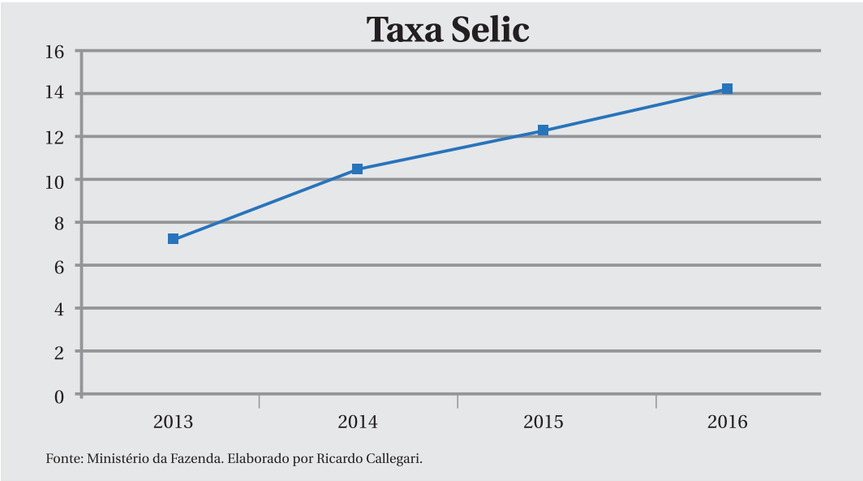
Um caso exemplar é o da Votorantim Celulose e da Aracruz. O governo, através dos recursos do BNDES, contribuiu com R$ 2,4 bilhões no processo de fusão entre as duas empresas. Tanto a Votorantim como a Aracruz tiveram perdas no entorno de R$ 2 bilhões de reais nas transações com o mercado financeiro. Outro exemplo de financiamento do Estado foi para a construção de obras para a Copa do Mundo com juros inferiores a 5% ao ano cobrados às construtoras responsáveis pelas obras.[8]

A política macroeconômica internacional acabou tornando-se uma forma de transferir receitas da União para o capital financeiro e passou a ser aplicada aqui no Brasil também. O próprio presidente do BNDES, economista Luciano Coutinho, ressaltou que "houve intervenção do BNDES no salvamento de grandes empresas e bancos que estavam apos-

4 Operar taxas de juros tão altas é uma tentativa de atrair investimentos externos; afinal, o rendimento para os investidores será grande. O problema, porém, é que para remunerar os investidores, o Estado contrai dívidas e, por sua vez, implanta os chamados "'planos de austeridade" que tem como mote as privatizações e cortes nos direitos sociais.
5 IPEA. *Desafios do Desenvolvimento*. O Brasil perante a desaceleração da China. Ano 12, Edição 86, 2015.
6 FATTORELLI, Maria Lucia. Caderno de Estudos: a dívida pública em debate. Brasília, 2012, p. 71.
7 15% da população dos Estados Unidos vivem em condições abaixo da linha da pobreza, cerca de 43 milhões de pessoas. A média da renda familiar caiu 6% em 2014 na relação com 2007, antes da crise.
8 FATTORELLI, Maria Lucia. Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados. Brasília, 2013.
9 FATTORELLI, Maria Lucia. Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados. Brasília, 2013, p. 28.
10 FATTORELLI, Maria Lucia. Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados. Brasília, 2013, p. 29.

tando em derivativos cambiais”.[9] Segundo o Banco Central dos Bancos Centrais (BIS), “as corporações brasileiras tiveram perdas em operações com derivativos estimada em 25 bilhões de dólares em 2008”.[10]

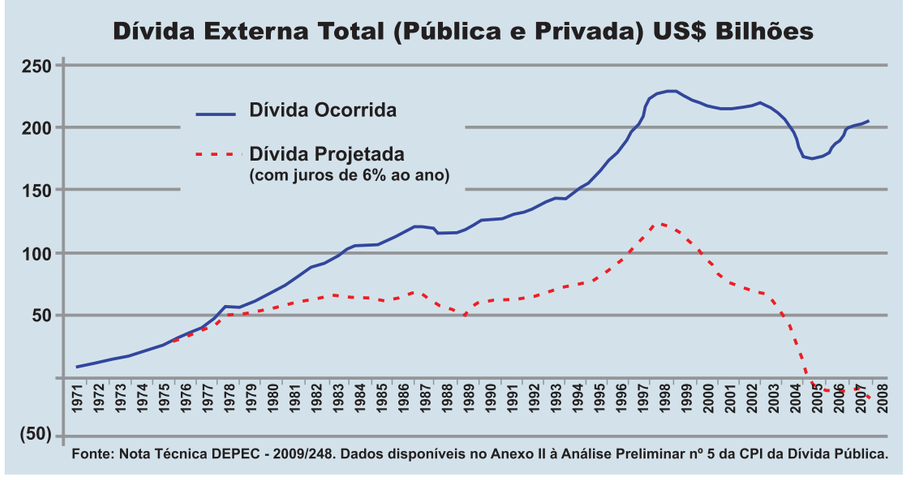
Outra forma de garantir tais transferências foi as taxas de juros elevadas. Cada 0,5% de aumento na Taxa Selic implica R$ 10 bilhões de aumento na dívida da União com os bancos que compram os “títulos” da dívida. No caso do Brasil, a taxa Selic saiu de 7,4% em 2010 e está fechando 2016 com 14,4%, conforme gráfico a seguir.



Fonte: Ministério da Fazenda. Elaborado por Ricardo Callegari.

A condução da economia brasileira, nos últimos 20 anos, esteve nas mãos de banqueiros diretamente subordinados ao capital financeiro – Armínio Fraga, Henrique Meireles, Joaquim Levy e novamente Henrique Meireles. A política macroeconômica foi, durante esses anos, a do Superávit Primário,[11] ou seja, garantir uma parcela significativa dos recursos da União para o pagamento da Dívida Pública.

Essas influências do sistema financeiro em nível mundial teve como principal passo o fim da paridade entre ouro e dólar em 1971. A partir desse momento. os bancos privados passaram a fornecer grandes quantias de empréstimos a países da América Latina. O Brasil recebeu em torno de 5 bilhões de dólares em 1973, conforme gráfico.



Fonte: Nota Técnica DEPEC - 2009/248. Dados disponíveis no Anexo II à Análise Preliminar nº 5 da CPI da Dívida Pública.

Tanto o governo como o setor privado realizaram seguidos empréstimos junto a grandes bancos privados internacionais aproveitando as baixas taxas de juros oferecidas por eles. Entretanto, em 1979 os juros saltaram de 6% para 20% sem nenhuma justificativa. E, em 1979, o Fundo Monetário Internacional (FMI) obrigou, mesmo que ilegalmente, o Banco Central a assumir a dívida privada. Dessa forma, uma dívida que em 2005 seria quitada, se as taxas de juros permanecessem em 6% e não fossem estatizadas as dívidas privadas, alcançou o patamar dos 170 bilhões de dólares.

Essas elevações nas taxas de juros, proibidas internacionalmente, somadas à estatização das dívidas privadas, contribuíram para o salto do endividamento brasileiro e para a crise financeira de 1982 e a de 2008.

Na primeira, abriu espaço para que o FMI passasse a interferir nas políticas econômicas dos países e fazer uma série de exigências, dentre elas a desregulamentação financeira excluindo, ou reduzindo, as formas dos Estados de controlar a movimentação de capitais, tais como: a abertura comercial e financeira que facilitou as transações bancárias internacionais e aproximou o país com os paraísos fiscais.

Uma forma de restrição que havia até 1980 era a de que as instituições financeiras não poderiam utilizar os recursos captados do público em operações em nome próprio como forma de evitar que esses recursos fossem utilizados de forma especulativa.[12]

A desregulamentação, chamada de “liberalização do mercado financeiro”, possibilitou lucrativos negócios para os grandes bancos:

> Sem regras, protegidos pelo “sigilo”, com acesso a paraísos fiscais e uso de sofisticada tecnologia, incontáveis operações virtuais passaram a alavancar grandes e lucrativos negócios com derivativos financeiros em todo o mundo. Uma imensa “bolha” foi gerada, devido ao constante crescimento do volume de operações. (...) Mas a ganância foi grande demais e a “bolha” estourou em 2008 (FATTORELLI, 2013, p. 20).

E quando a “bolha” estourou, os governos interviram, injetando bilhões ou trilhões de dólares para salvar as instituições. Os Estados e a imprensa passaram a chamar estas empresas ou bancos de “grandes demais para quebrar”. O dinheiro transferido a estas instituições com baixos juros era o que deveria ser utilizados para investimentos em infraestrutura, educação, saúde, agricultura, etc.

Como consequência dos fatores externos e internos, o Brasil passa, desde 2008, por dificuldades de arrecadação econômica e aumento do desemprego, agravando-se em 2013 com a queda de exportações. Diante dessa conjuntura, e como forma de incentivar a vinda ou permanência das indústrias no Brasil, o Estado aumentou as isenções e reduções de tributos nos setores industriais e financeiros, conforme tabela a seguir.

Desonerações de Receitas do Estado – em milhões de reais

Ano	Desoneração total	% do PIB
2007	102.673	3,95
2008	114.755	3,78
2009	116.098	3,65
2010	113.861	3,60
2011	152.406	3,68
2012	182.410	4,15
2013	225.630	4,66
2014	253.902	4,92
2015	282.437	4,93
2016	271.006	4,33
Total	**1.815,178**	**41,65**

Fonte: Receita Federal e Ministério da Fazenda, organizada pelo autor.

11 Lei construída nos governos de Fernando Henrique Cardoso seguindo as recomendações do FMI e do Banco Mundial.

As desonerações diminuíram ainda mais a arrecadação por parte do Estado; no acumulado, foram R$ 1,8 trilhões de desonerações. Da mesma forma, recentemente, o governo Temer em conjunto com Meirelles, apresentou um pacote de medidas que visam perdoar 90% das multas, juros e encargos de empresas privadas adquiridas junto ao governo.[13] A estimativa da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) é de que cerca de 13 mil pessoas e empresas devem R$ 900 bilhões em impostos ao Estado. São pessoas e empresas que possuem débitos superiores a R$ 15 milhões cada uma. A soma de todos os devedores ao Estado é R$ 1,8 trilhões.[14]

Todo esse contexto vem exigindo reformas para controlar os déficits e manter o superavit primário, porém são reformas que pouco tocam nos problemas citados até agora. Vemos, por outro lado, propostas de ajustes fiscais e "reformas" trabalhistas e previdenciárias sendo apresentadas e justificadas por discursos de que houve muitos ganhos sociais e trabalhistas nos últimos anos e que o "Estado brasileiro" não tem mais condições de arcar com estas "contas". Afirmam que os ajustes e reformas são um "mal necessário" para que o país pague as dívidas e volte a crescer. Ora, se é um "mal necessário" por que perdoar 900 bilhões de reais de dívidas? Não seria necessário cobrar esse valor? Por que somente os trabalhadores(as) e agricultores(as) devem se sacrificar? Por que não cobrar juros das empreiteiras que construíram os estádios da copa? Por que manter uma política de desonerações deste nível?

Estão em tramitação no Congresso Nacional e na Câmara Federal diversas propostas de reformas que visam alterar direitos conquistados pelos trabalhadores, tais como a reforma trabalhista, reforma previdenciária e o ajuste fiscal (PEC 55, antiga 241). Reformas que afetarão os serviços públicos de financiamento da agricultura, de saúde, educação e previdência assegurados na Constituição Federal de 1988.

Esta PEC, que é discutida no artigo seguinte, vai retirar da educação, por exemplo, um montante próximo a R$ 59,3 bilhões de reais até 2025. Ou seja, significa uma diminuição drástica do Estado (governo federal) nos investimentos em saúde, educação, políticas de créditos agrícolas. Estima-se que até 2036 (último ano da PEC) o Estado passará a destinar para as despesas primárias da União uma quantia de 13% do Produto Interno Bruto, enquanto em 2016 representou 20%. A grande maioria dos países destinam quantias superiores a 20% do PIB, raríssimos aqueles em que as despesas primárias da União são menores que 16%, entre eles estão o Congo, Bangladesh e, até 2036, o Brasil.

Outra proposta que preocupa a classe trabalhadora é a reforma da previdência recentemente encaminhadas por Temer à Câmara dos Deputados. Amparada num discurso mentiroso de que a previdência é deficitária, o governo Temer encaminhou a proposta visando equiparar idades de aposentadoria entre homens e mulheres, estabelecendo uma idade mínima de 65 anos para se aposentar e estabelecendo o período de 49 anos de contribuição para aposentadoria integral.

Na prática, isso significa que uma pessoa para aposentar-se integralmente aos 65 anos de idade deve começar a contribuir na previdência aos 16 anos. Se, durante 49 anos sem interrupção ocasionada por perda de emprego, ela contribuir mensalmente ela se aposentará aos 65 anos, conforme simulação da imagem da página 10.

E toda esta reforma é amparada no falacioso discurso de déficit, segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP). Segundo dados divulgados, a Seguridade Social teve um superávit (sobra de dinheiro) de R$ 24,2 bilhões em 2015, conforme podemos ver na tabela:

Resumo Superávit da Seguridade Social – 2010 a 2015

Exercício	R$ bilhões
2010	55,1
2011	76,1
2012	83,3
2013	78,2
2014	53,9
2015	24,2
Total	**370,8**

Fonte: ANFIP, organizado pelo autor

Quando o governo faz as contas, ignora, com ajuda da imprensa, o processo total de arrecadação da Seguridade Social: do empregador (CONFINS, PIS e CSLL); do trabalhador (através das contribuições em folha ou nota de produtor rural); das receitas de loterias e apostas no âmbito federal; e outras fontes como impostos, taxas e empréstimos compulsórios. É um sistema tripartite: trabalhador, empregador e Estado.[15]

Ao ignorarem tal conta e somarem somente as contribuições descontadas em folha é que se forma o déficit, mas ele, na prática, não existe. O que acontece é um desvio de verbas da Seguridade Social para formar a arrecadação do Superávit Primário e pagamento da Dívida Pública. Desvio que acontece através das Desvinculações da Receitas da União (DRU). Montante de dinheiro que aumentará a partir da nova Previdência Social.

A Constituição Federal aprovada em 1988 institucionalizou a Seguridade Social como direito do cidadão e obrigação do Estado. Esse tripé - formado pelas áreas da Saúde, Previdência e Assistência Social - buscava assistir os trabalhadores que cumpriram seu período laboral e adquiriram o direito à aposentadoria, além de amparar situações de velhice, doença, acidente de trabalho, invalidez, desemprego. Apesar do grande avanço que significou a inclusão da Seguridade Social no texto constitucional, na prática, os sucessivos governos não conseguiram garantir uma aposentadoria digna, nem saúde pública de qualidade e menos ainda a necessária assistência social. E agora pretendem deixar ainda pior.

Conclusão

Na história recente do Brasil nunca estivemos num momento tão ameaçador! Este momento político e econômico do Brasil está relacionado com as disputas internacionais e

geopolíticas do capitalismo. Este cenário constitui-se desde 2008, quando o sistema capitalista começou a entrar numa crise econômica que colocou em risco sua reprodução. Para tentar superar a crise os capitalistas atacam e privatizam os recursos naturais (petróleo, minérios, água, terra e biodiversidade) e aumentam a exploração do trabalho através da redução de direitos trabalhistas e previdenciários.

O impeachment praticado no Brasil, com explícito apoio de setores do judiciário, da grande mídia comercial, dos setores empresariais produtivos, especulativos e do capital financeiro internacional, concretiza-se como uma forma de acelerar a saída da crise, ou seja, aumentar os processos de privatizações, de exploração do trabalho, apropriação dos bens comuns, a intensificação da violência e a criminalização dos movimentos sociais.

Por outro lado, em contraposição a essas propostas de política econômica encaminhadas pelo Estado e que irão, como vimos, afetar a classe trabalhadora, defendemos que o Estado suspenda as desonerações fiscais e previdenciárias cedidas às grandes empresas.

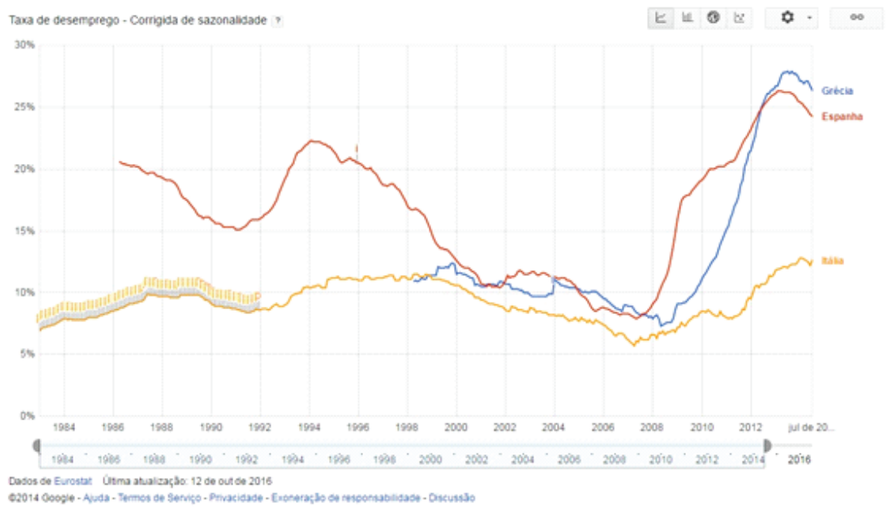
Deve também fazer **Auditoria Cidadã da Dívida Pública.** Somente no ano de 2015, a dívida pública consumiu R$ 1 trilhão, quase metade do orçamento público, e nunca passou por uma auditoria. Há vários indícios de ilegalidades, tais como: cobranças de juros sobre juros e falta de documentação que comprove as negociações.

Imposto de grandes fortunas. Segundo estudos, o imposto sobre patrimônio acima de R$ 1 milhão renderia, aos cofres públicos, cerca R$ 100 bilhões ao ano.

Reforma Tributária. Segundo o Conselho Federal de Economia (Cofecon), 72% da arrecadação de tributos dá-se sobre o consumo; 56% sobre a renda do trabalho; 16% á a tributação sobre a renda do capital; e a riqueza paga apenas 28%, na contramão do restante do mundo.

Maior rigidez no combate à sonegação de impostos. Um estudo divulgado pelo Sinprofaz (Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional) revelou que o Brasil deixou de arrecadar R$ 415 bilhões em 2011, o que correspondeu a 10% do PIB. O valor sonegado é superior a tudo que foi arrecadado de Imposto de Renda (R$ 278,3 bilhões).

Compreender o contexto histórico e as propostas apresentadas é fundamental para construirmos nossas resistências e contrapropostas. As mobilizações sociais conscientes podem barrar esses ataques aos direitos, às conquistas.



12 Para saber mais, consultar: https://jus.com.br/artigos/14926/a-desregulacao-dos-mercados-financeiros-e-a-crise-global.
13 Para saber mais, consultar: http://www.poder360.com.br/economia/temer-e-meirelles-acertam-novo-refis-para-perdoar-de-dividas-de-empresas/.
14 Para saber mais, consultar: http://www.poder360.com.br/economia/menos-de-13-mil-pessoas-e-empresas-devem-r-900-bilhoes-em-impostos/.
15 Para saber mais, consultar: http://julianaguerra5680.jusbrasil.com.br/artigos/188943032/previdencia-social-possui-superavit-entendam-o-porque-do-alegado-deficit-um-factoide-mascarador-da-ilegalidade-cometida.

O novo ajuste fiscal: **PEC 241/55 e os investimentos em agricultura e educação**

Ricardo Callegari [1]

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, chamada de Novo Ajuste Fiscal pelo governo, e "PEC da morte" pelos movimentos sociais, foi encaminhada por Temer, enquanto ainda era Presidente Interino, no dia 15 de junho de 2016 à Câmara dos Deputados, presidida por Eduardo Cunha. Quando encaminhada à Câmara era PEC 241, sendo aprovada no dia 25 de outubro e encaminhada ao Senado no dia seguinte. No Senado, passou a ser chamada de PEC 55 que também foi votada e aprovada nos dois turnos.

Chamada de Novo Ajuste Fiscal pelo Governo Federal, a proposta visa limitar as despesas primárias da União aos gastos do ano anterior corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) durante os próximos 20 anos.[2]

1 Educador Popular da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar).
2 Esta PEC segue a mesma lógica do Projeto de Lei 257 que foi encaminhado por Dilma Roussef à Câmara, a diferença é que o PL 257 limitava os gastos por 2 anos e não por 20 anos.

As despesas primárias da União são todos os investimentos do Estado, exceto os gastos com a Dívida Pública. Por exemplo, a educação, a saúde e a agricultura são consideradas investimentos primários, e sobre elas recairá o "teto de gastos", assim como a previdência, as políticas de habitação, cultura, segurança, etc.

Vejamos, primeiramente, o caso da educação. A Constituição Federal estabelece que a União deve aplicar em despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino o valor, no mínimo, equivalente a 18% da receita líquida de impostos (excluídas as receitas repassadas a estados municípios). Em 2016, por exemplo, a Receita Líquida de Impostos (RLI) foi de R$ 259,7 bilhões, a aplicação mínima na educação firmada pela Constituição foi de R$ 46,7 bilhões. Em todos os anos em que se aumenta a arrecadação da União e há crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), aumentam também os investimentos sociais.

Na prática, 18% da receita líquida de impostos era um mecanismo que garantia ganhos reais nos investimentos em educação, ou seja, acima da inflação; porém, nos últimos anos, o Estado tem feito investimentos na Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE) acima do valor mínimo de 18%, devido as taxas de crescimento da economia conforme visível na 6ª coluna da tabela. O ano de 2016, por exemplo, executou R$ 13 bilhões a mais que o mínimo. Tais investimentos possibilitaram avanços significativos no combate ao analfabetismo e universalização do ensino infantil até o superior. Os investimentos na educação saíram de 4,5% do PIB, em 2005, para 6,2% do PIB em 2013; porém, ainda são recursos insuficientes para garantir um padrão de qualidade.

> Alguns dados que demonstram a carência: em 2013, somente 4,2 % das escolas de educação básica no País possuíam infra-estrutura adequada e a oferta de educação infantil em creches atingia apenas 23,2% das crianças (Inep); em 2014, o rendimento médio dos professores de educação básica correspondeu a 54,5% do rendimento médio dos demais profissionais com mesma escolaridade (IBGE, Pnad); em 2012, o gasto anual por estudante primário no Brasil foi de U$ 3.095,00 contra U$ 8.247,00 de média para os países integrantes da OCDE (*Education at a Glance 2015*) (COFF, 2016, p. 04).

Se somarmos todo o investimento em educação de 2003 até 2014 o governo federal acumulou R$ 483,987 bilhões de reais. Devem-se a esse orçamento, que na região Sudoeste temos universidades e institutos federais. É um dinheiro, porém, ainda insuficiente para garantir uma educação de qualidade a todas as pessoas. Há, na região, escolas sem quadra de esportes, com dificuldades nos laboratórios, salas cheias, etc. Ou universidades sem restaurantes universitários ou bolsas de estudos para os estudantes. Ou seja, é um investimento de 4% do Orçamento da União, deficitário tendo em vista a importância da educação.

Neste contexto, em 25 de junho de 2014, foi estabelecido o Plano Nacional de Educação (PNE) com metas até 2024, sendo a principal delas o aumento nos investimentos públicos em educação para 10% do PIB até o final dos dez anos. Através da PEC 55 e a partir das alterações nas aplicações mínimas em educação, o Estado estará fazendo um caminho contrário, ao invés de aumentar os investimentos estaremos limitando.

Segundo as projeções da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (COFF), a União terá, no ano de 2017, uma receita de R$ 276,7 bilhões; logo terá que investir R$ 49,8 bilhões na educação. Já no ano de 2018 a receita será de R$ 296,4 bilhões, tendo que investir R$ 53,3 bilhões. No ano de 2018, ano em que a PEC entrará em vigor, portanto, o valor mínimo de aplicação e investimento não será mais com base nos 18% de receita líquida dos impostos, mas com base no IPCA. Isso significa que, ao invés dos R$ 53,3 bilhões, o Estado destinará R$ 52,9 bilhões para a educação, ou seja, são R$ 400 milhões a menos já no primeiro ano de vigor da PEC. O montante acumulado até 2025, segundo a própria COFF, será de R$ 46,5 bilhões (e ainda teremos mais 10 anos de PEC). Vejamos a tabela a seguir:

Para efeito de ilustração se a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 55) tivesse sido aprovada no ano de 2003 o valor acumulado supracitado de quase R$ 484 bilhões cairia para R$ 240 bilhões. Isto representa 50% a menos de investimento na educação. Na prática inviabilizaria a construção de universidades, Institutos, ampliação e construção de escolas, além de dificultar a promoção de programas sociais de universalização do ensino, tais como: PROUNI e FIES.

E a agricultura, como fica?

Os investimentos públicos para a agricultura também fazem parte das despesas primárias e, logo, também serão "alvos" da PEC 55. Diferentemente, porém, dos investimentos em educação, por exemplo, que possui uma aplicação mínima advindas da arrecadação tributária, os recursos públicos destinados à agricultura dependem das prioridades dos governos e das correlações de forças presentes na sociedade, principalmente.

Uma das políticas adotadas para a agricultura seja familiar ou do agronegócio, é a **subvenção** nos financiamentos e custeio agropecuário, ou para as indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas como forma de baixar os preços dos maquinários para os agricultores e, por outro lado, manter os preços das commodities e dos produtos da agricultura familiar num bom valor na hora da comercialização.

Teixeira[3], num recente estudo apontou para como estas subvenções serão afetadas, conforme tabela a seguir:

Projeções 2016 a 2025 (Valores em R$ bilhões)

Exercício	Receita Líquida de Impostos	Aplicação Mínima (18% da RLI)	Aplicação Mínima pelo IPCA (PEC)	Diferença (PEC e regra atual)	Aplicação em MDE (executado)	Aplicação MDE pelo IPCA (PEC)	Diferença (PEC e regra atual)
2016	259,7	46,7	46,7	-	59,7	59,7	
2017	276,7	49,8	50,1	0,3	63,6	64,0	0,4
2018	296,4	53,3	52,9	-0,5	68,2	67,5	-0,7
2019	315,9	56,9	55,5	-1,4	72,7	70,9	-1,8
2020	336,7	60,6	58,0	-2,6	77,4	74,1	-3,3
2021	359,8	64,8	60,6	-4,1	82,8	77,5	-5,3
2022	384,4	69,2	63,3	5,9	88,4	80,9	-7,5
2023	411,8	74,1	66,2	-7,9	94,7	84,6	-10,1
2024	442,1	79,6	69,2	-10,4	101,7	88,4	-13,3
2025	475,9	85,7	72,3	-13,4	109,5	92,4	-17,1
Total	**3.023**	**544,2**	**498**	**- 46,2**	**695,4**	**636,3**	**- 59,1**

Fonte: COFF, jun. 2016, organizada pelo autor.

Subvenção ao Crédito Rural – em bilhões de reais

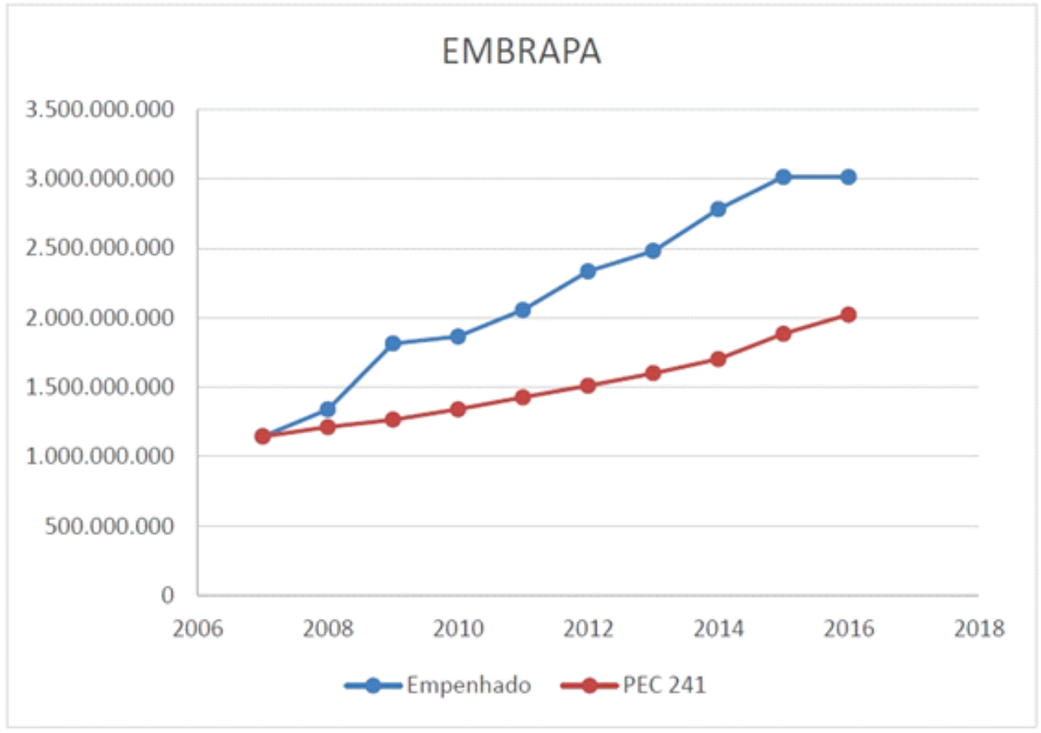
Ano	Valor autorizado	Valor empenhado	Valor PEC 241
2007	6.813.974.000	5.103.270.918	5.103.270.918
2008	8.119.884.531	5.120.969.177	5.404.363.902
2009	12.868.845.118	7.440.706.856	5.637.291.986
2010	10.718.600.513	7.471.995.451	5.970.455.943
2011	11.561.283.307	8.899.952.080	6.358.535.579
2012	9.981.206.343	9.552.720.371	6.729.874.057
2013	14.438.773.242	12.085.109.356	7.127.609.614
2014	17.109.579.932	11.678.714.759	7.583.776.629
2015	18.964.430.502	14.893.186.926	8.392.965.595
2016	18.413.282.660	14.893.186.926	9.005.652.084
Total	**128.989.860.148**	**97.139.812.820**	**67.313.796.307**

Fonte: SIOP. Elaboração: Gerson Teixeira. Adaptação de Ricardo Callegari.

Se as subvenções concedidas pelos governos desde 2007 para a agricultura (agronegócio e agricultura familiar) tivessem sido corrigidas pelo IPCA, teria ocorrido uma perda de R$ 29,8 bilhões ao longo destes 10 anos. Como consequência, haveria uma diminuição das safras de commodities ou de alimentos para o consumo interno.

Ou, por outro lado, havendo uma pequena participação do Estado nas políticas agrícolas de financiamento, haveria uma dependência ainda maior dos agricultores às políticas de créditos e financiamentos com bancos privados, ficando sujeitos às políticas de juros praticadas por estes.

Conforme gráfico a seguir, Teixeira, ainda em seu artigo, apresenta os dados sobre as perdas da Embrapa;



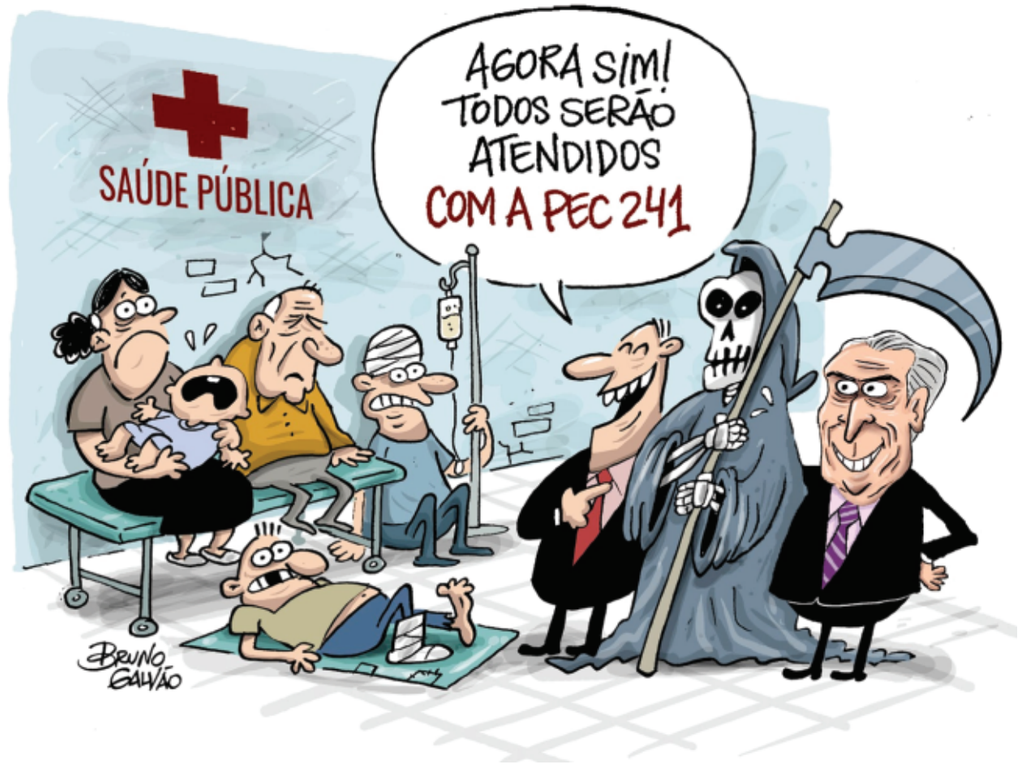
Segundo ele, com base nos dados do SIOP, as perdas acumuladas durante os dez anos (2007 a 2016) seria no valor de R$ 6.736.333.148 (seis bilhões, setecentos e trinta e seis milhões, trezentos e trinta e três mil, cento e quarenta e oito reais).

Qual a justificativa e a expectativa com a PEC?

Limitar os recursos para despesas primárias significa diminuir a atuação do Estado. Segundo alguns estudos, em 2016, a União destinou 20% do PIB para as despesas primárias; até 2036, quando se encerra a PEC 55, a União destinará somente 13% do PIB. Poucos países possuem uma despesa menor que 16% do PIB em despesas primárias. Os países desenvolvidos destinam 20% ou mais em despesas primárias e nenhum país no mundo possui uma regra de teto de gastos em sua Constituição.

Com a PEC, o objetivo é sanar o "déficit" nas contas públicas, ou seja, evitar a falta de receitas. Para tanto um dos argumentos utilizados é de que as contradições atuais são frutos de políticas e benefícios sociais. A falta de receitas, porém, advém de outras relações, tais como: 1) a dificuldade de arrecadação pelo Estado brasileiro mediante crise internacional do capital que incidiu em países como a Rússia, China, Japão e EUA e freou os processos de importações de commodities por estes países;[4] 2) política macroeconômica conduzida pelo governo e Congresso que concedeu uma série de desonerações fiscais às grandes empresas e bancos assim como uma administração equivocada das taxas Selic de juros; 3) grandes somas de impostos sonegados.[5]

O novo ajuste fiscal não garante aumento das receitas e do volume de arrecadação do Estado brasileiro; o que ele faz é limitar os gastos em pontos estratégicos de amparo aos trabalhadores, sem, no entanto, tocar em pontos importantes e nos principais motivos da crise que vivemos. Por isso, é de suma importância a organização dos trabalhadores do campo e da cidade visando defender direitos conquistados ao longo dos anos. Somente a luta muda a vida. Somente a luta garante nossos direitos.



3 TEIXEIRA, Gerson. A PEC 241 e seus impactos potenciais nos setores agrícolas. Brasília, 03/10/2016.
4 Estes quatro países eram os principais compradores de commodities produzidas aqui no Brasil: cana de açúcar, carne bovina e soja. Quando estes países, principalmente a partir de 2008, diminuíram o volume de importação destes produtos diminuram também as receitas do Estado brasileiro.
5 Um estudo divulgado pelo Sinprofaz (Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional) revelou que o Brasil deixou de arrecadar R$ 415 bilhões em 2011, o que correspondeu a 10% do PIB. O valor sonegado é superior a tudo que foi arrecadado de Imposto de Renda (R$ 278,3 bilhões).

Usina Baixo Iguaçu: uma história de descaso

Por Amaro Korb Rabelo

A Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, em construção no rio Iguaçu, faz parte da atual política de expansão do setor elétrico nacional. De acordo com levantamentos oficiais serão atingidas 360 famílias, como consta no Plano Básico Ambiental (PBA) da usina. No levantamento feito pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), porém, serão cerca de 800 grupos familiares, ou mais de 3 mil pessoas. Os estudos na área para a construção da Usina começaram no inicio dos anos 2000; antes, existia um projeto de construção que atingiria o Parque Nacional do Iguaçu.

A usina do Baixo Iguaçu foi planejada para gerar 350 MW, o que poderia atender cerca de um milhão de consumidores. Como sabemos, cerca de 60% da energia gerada nas suas três turbinas serão destinadas à algumas grandes indústrias, principalmente na área de produção de aço e celulose.

O grupo responsável pela obra é o Consórcio Geração Céu Azul, formado pela Companhia Paranaense de Energia (Copel) e, majoritariamente, pela corporação Neoenergia, do Fundo de Previdência do Banco do Brasil (Previ), do Banco do Brasil e da multinacional espanhola Iberdrola. O consórcio vai administrar a Usina por um longo período, ficando com o lucro por ela gerado.

Já as obras de construção da usina são de responsabilidade da Oderbrecht, uma construtora de grandes obras, envolvida em vários escândalos de corrupção. Ela está desrespeitando os moradores, usando de violência e colocando a sociedade contra os atingidos.

Os problemas do descaso com as onze famílias atingidas e da violação de direitos ocorreu no canteiro de obras, nos municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques. *"Entraram com a reintegração de posse. Deveríamos tirar os animais e o que pudéssemos se não iam multar, como se a terra fosse deles. Aqui tem famílias que moram há cinquenta anos"*, afirmou um dos atingidos.

Outro atingido pelo canteiro afirma. *"Chegaram invadindo as propriedades, não pediram pra ninguém, e nem negociaram antes. Chegaram destruindo, cercas, soltando criação, como se fossem donos"*.

Há mais de três anos, as famílias atingidas

pela Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu buscam respostas para os problemas causados pela construção da usina. No inicio, as negociações foram feitas por uma associação criada por um grupo de atingidos; esta associação foi criada incentivada pela própria empresa que está construindo a Usina, com a promessa de que as negociações iriam acontecer de forma justa e rapidamente, parecidas com a Usina do Salto Caxias.

No início, existia muita desconfiança, tanto pela organização da associação quanto pela chegada do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB para ajudar na organização dos atingidos, pois estes achavam que tanto uma como outra tinham interesses particulares, como afirma um atingido. *"No início negamos a ajuda do MAB para organizar a nossa luta, estávamos muito desconfiados com o que eles queriam fazer, pois o que falavam para nós é que eles só queriam ganhar dinheiro".*

Com o passar dos meses e reuniões, percebeu-se que de forma desorganizada, não se chegaria a lugar nenhum. Um dos coordenadores afirma: *"precisamos de lideranças que sejam enganjados na luta, pois vários já foram procurados pela empresa para fazer negociação de propina para facilitar e desarticular a organização dos atingidos".*

Sempre tiveram muitas dificuldades de avançar nas negociações, o que dificultava a garantia dos diretos dos atingidos. Nesse sentido, houve dezenas de reuniões, encontros e negociações, em que os compromissos assumidos, prazos e pautas não foram cumpridos. Empresa e governo do Estado não garantem solução.

Um dos grandes problemas que estamos enfrentando é os cancelamentos de reuniões pelo consórcio empreendedor Geração Céu Azul (Baixo Iguaçu); como afirma uns dos coordenadores: "*já foram várias reuniões em Curitiba que é o centro do poder, nos recebem e simplesmente dizem que a reunião foi cancelada. Primeiro, estas reuniões deveriam ser aqui, onde os fatos estão acontecendo, e segundo, tirar dinheiro de onde, se não temos para*

bancar a viagem de alguns representantes nossos para ir nas reuniões. Isso não pode continuar".

As famílias atingidas alegam o desrespeito por parte da empresa que detém maior parte do consórcio da Usina Baixo Iguaçu, no Sudoeste do Paraná. Desde que as negociações foram retomadas no início de 2016 , não houve nenhum avanço na garantia dos direitos das famílias atingidas pelo empreendimento. Há, na verdade, uma tentativa da empresa de atrasar os processos de negociação enquanto o trabalho no canteiro de obras continua acelerado.

Uma atingida afirma: *"é a nossa vida que vai ficar em baixo d´água. Isso não é preo-*

cupação da empresa. Mas é o nosso direito, queremos que isso se resolva e que não prejudique as famílias que vivem aqui há muito tempo. Não temos culpa de estar onde vai ser alagado, as terras são nossas."

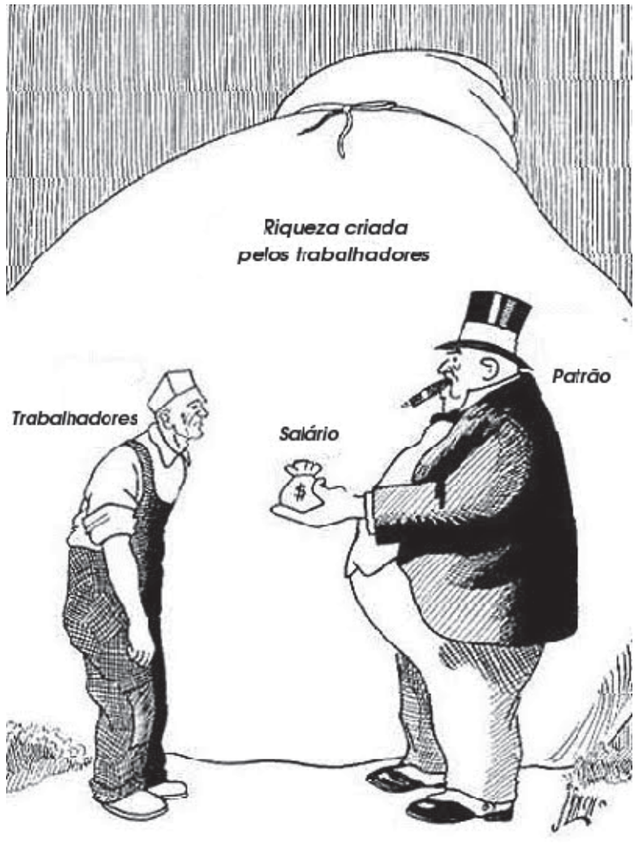
Foram várias ocupações feita pelas famílias no canteiro de obra, manifestações na Copel, nas ruas de Capanema e Capitão Leônidas das Marques, pedindo a solução do problema, mostrando a indignação e o desrespeito para com as famílias atingidas, como podemos ver na fala de coordenador. *"Já se prolongam mais 3 anos nesse impasse. Os preços das terras propostos pela empresa são muito inferiores aos valores do mercado e não há nenhuma proposta de terras para reassentamento adequadas para desenvolver a agricultura nos patamares desenvolvidos hoje pelas famílias".*

A Usina já esta com mais de 60% das obras concluída, e a construção segue em ritmo acelerado. Ela vai gerar um lucro médio de 300 milhões por ano, no entanto, este lucro não será para a população, muito menos para os atingidos. É a riqueza do Sudoeste do Paraná sendo exportada por uma multinacional espanhola, a Iberdrola, uma empresa que vem saquear o Brasil, enquanto os atingidos padecem à espera de uma solução. A maioria se prende aos royalties que a usina vai gerar para os municípios, mas estes são uma gorjeta em comparação ao que ela vai gerar de lucro.

As cortinas invisíveis da **ideologia burguesa** e os desafios da **formação dos trabalhadores**[1]

"Instrui-vos porque teremos necessidade de toda vossa inteligência.
Agitai-vos porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo.
Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força."

(Antonio Gramsci)



Por Valéria Korb e Paulo de Souza

Historicamente, na pirâmide da sociedade capitalista, ao povo cabe realizar o trabalho, contudo a riqueza por ele produzida é apropriada pelos "donos do poder". Para manter essa estrutura em pleno funcionamento, faz-se necessário que os trabalhadores apenas produzam, mais e mais, aumentando o lucro dos capitalistas. E quem se atreve a questionar, ou fazer a luta contra as formas de opressão ou para ter acesso às riquezas produzidas nesses moldes, é caracterizado como desordeiro ou desocupado.

Assim, para incutir na cabeça das massas que a exploração do trabalho e a pobreza decorrente são naturais e imutáveis, a sociedade dividida em classes possui seus próprios instrumentos que cumprem o papel de "manipular e controlar" o povo para que este se conforme com a situação de marginalizado. Entre esses instrumentos estão os meios de comunicação de massa (rádio, televisão, mídias impressa) que manipulam informações de acordo com os interesses da elite, bem como, algumas religiões que doutrinam as pessoas a serem dóceis e servis. Tendo todo o aparato ideológico sustentado pelas mídias, ao Estado cabe dar o suporte burocrático, legal e jurídico.

Dessa maneira, para a classe dominante, a produção da ideologia é tarefa permanente para a manutenção do seu poder porque a realidade material e o pensamento social, por mais que se tente controlar, arrumam-se de forma contraditória, cujas tensões abrem brechas na percepção de indivíduos e coletivos, possibilitando mudanças.

Se a classe dominante produz a ideologia que se manifesta como uma "catarata" na capacidade de raciocínio, torna-se necessário construir os aportes para que os sujeitos desenvolvam a percepção da sociedade numa perspectiva contra-ideológica, entendendo o processo de produção de riqueza, a natureza do poder econômico capitalista, o papel do Estado e os desafios dos trabalhadores e das organizações populares. Conhecimento que, embasado pela pedagogia emancipadora, contribui para ampliar ao máximo esta percepção na sociedade, especialmente por parte das camadas excluídas dos bens materiais e simbólicos.

Assim, a formação na perspectiva contra ideológica deve fortalecer, em cada ação, o espaço para relações solidárias e horizontais, diferenciando-se das formas autoritárias, que agem a partir de posições prontas, de decisões de grupos restritos. Pensando a médio e longo prazo, as práticas educativas na perspectiva popular assumem a tarefa de ajudar a construir rupturas no movimento das classes sociais, a fazer escolhas e a ter posicionamento e método para intervir nos diferentes espaços.

O esforço é para reconectar a capacidade política com a pedagogia, tendo em vista reforçar a democracia, a organização de base e a revalorização do conhecimento popular, limpando-o da poeira da ideologia, pela reflexão sobre a prática, que gera demandas teóricas e desestabiliza o que já se sabe, abrindo horizontes.

Concebendo a formação, na perspectiva popular, como um instrumento para "desmascarar" a realidade e possibilitar a transformação social, a ASSESOAR vem dedicando-se à construção de processos formativos contínuos, levando em conta a essência da palavra, formar para uma ação (formação). Nesse sentido, o processo educativo precisa estar conectado com ações concretas, que desenvolvam a capacidade de construir síntese do momento histórico, permitindo assim projetar o futuro na perspectiva das lutas populares.

Assume-se a formação como um processo de adensamento do conhecimento sobre o fazer social, partindo da reflexão sobre os problemas da ação das organizações populares que, adotados como ponto de partida para a reflexão e o estudo, desafiam, 'puxam', ordenam e reorganizam temas, conceitos e teorias.

Dessa forma, fazer formação é organizar uma dinâmica coletiva e continuada, planejada

[1] Este texto apresenta partes da análise realizada a partir dos Cursos de Formação da Assesoar e publicadas no livro Formação Política e Educação Popular.

e avaliada, como condição para um fazer educativo (formação) onde as ações das organizações populares, nas suas contradições e tensões, e o conhecimento (histórico, teórico, político e conceitual), fecundem-se de forma dialética.

Por fim, desvendar o que está por trás das "cortinas invisíveis" da ideologia burguesa, diariamente propagadas pela mídia liberal e assumidas pelo Estado capitalista, é desafio central da formação dos trabalhadores.

Entenda o Programa **Escola Sem Partido/ Lei da Mordaça**

Rogéria Pereira Alba

O movimento da Escola Sem Partido foi criado, em 2004, pelo advogado Miguel Nagib. O movimento ficou incubado por 10 anos, então, em 2014 foi escrito o projeto de Lei - Programa Escola Sem Partido pelo próprio Miguel Nagib, a pedido do deputado estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro (PSC-RJ). Logo na sequência, projetos de lei como este espalharam-se por todo o Brasil.

A proposta do Programa Escola Sem Partido é eliminar a 'suposta' doutrinação ideológica de professores(as) sobre os(as) estudantes. Defende que professores(as) não são educadores(as), mas sim instrutores(as), ou seja, que os(as) professores(as) devem ser meros transmissores do que está nos livros didáticos; proíbe que o(a) professor(a) faça qualquer associação com a realidade, sob pena de ser denunciado pelos próprios estudantes e, por consequência, sofrer processos administrativos.

Contudo, o Programa Escola Sem Partido fere a própria Constituição Federal que no seu Art. 205, pauta-se por uma concepção plural da sociedade:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal de 1988)

Fundamentado na Constituição Federal, o Ministério Público Federal - MPF elaborou uma nota técnica[1]com parecer desfavorável ao PL, afirmando que:

> (...) está na contramão dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, especialmente os de "construir uma sociedade livre, justa e solidária" e de "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Apesar da nota técnica do MPF, com o atual Congresso, a tendência é que a posição dos parlamentares não mude com relação ao projeto e segue a tentativa na Câmara de calar professores/as e estudantes e eliminar a discussão crítica do ambiente escolar.

Ao contrário do que muitos parlamentares desejam, a escola deve sim estar aberta ao pluralismo das ideias, ao diálogo das inúmeras concepções que permeiam a sociedade, pois é o espaço de construção da cidadania. A proposta de uma escola fechada ao diálogo, que pune professores(as) por fazerem estudantes olharem por diferentes perspectivas em troca de uma escola com visão única, disfarçada sob o manto da neutralidade, carrega uma enorme posição ideológica. É uma tentativa clara da escola reproduzir um tipo único de pensamento.

O projeto de lei, sob o nome de Programa Escola Sem Partido, esconde nas entre linhas a intenção do capital de transformar a educação em mais um mercado para a acumulação de riquezas. Assim, a privatização da educação passa a acontecer de forma menos visível, com as empresas podendo oferecer livro didático e a incorporação pelo Estado de políticas educacionais pensadas e elaboradas por grupos empresarias, que precisam de *professores técnicos*, ou seja, que apenas repassem o que está no livro didático.

A disputa com relação à educação não está somente no interesse econômico, mas também no controle político e pedagógico através dos materiais didáticos que, ao mesmo tempo que são financiados com recursos públicos, também dizem o que os trabalhadores precisam saber.

Assim, o PL Escola Sem Partido tem uma proposta ideológica bem definida, cujo objetivo é construir um pensamento único, que nega a participação ativa na sociedade e a pluralidade de opiniões e experiências, condena e censura as posições que se contrapõem à lógica empreendedora de educação.

Contrapondo-se ao Programa Escola Sem Partido, foi criada em junho de 2016, a **Frente Nacional Escola Sem Mordaça**. Participam desta frente os(as) educadores(as), entidades e movimentos sociais populares que **defendem a liberdade de expressão, a educação pública, gratuita e de qualidade , uma escola livre e com pensamento crítico.**

[1]http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/educacao/saiba-mais/proposicoes-legislativas/nota-tecnica-01-2016-pfdc-mpf

Violação dos direitos e a perda da Biodiversidade

A Festa Regional das Sementes como espaço de resistência

Elisângela Bellandi Loss
Janete Rosane Fabro

Vivemos um momento de grande mudança na conjuntura brasileira. Surgem grandes desafios, pois estamos em meio a uma ruptura democrática. Que traz como consequência a violação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. Na agricultura, os trabalhadores, que vêm, dia a dia, perdendo seu direto de escolha e autonomia, principalmente com a contaminação genética das sementes crioulas - patrimônio da sociedade - ferindo o direito de acesso à agrobiodiversidade.

O direito de livre acesso à agrobiodiversidade é contrário aos interesses privados de empresas, que visam elevados lucros com o agronegócio e têm ao seu favor o sistema legislativo que influencia a formulação das leis, as quais deveriam assegurar diretos a todos e não restringí-los a grupos comerciais.

Entre essas leis que ferem nossos direitos está a lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005), que criou uma falsa ideia de alimento seguro proporcionou a rápida liberação de transgênicos que, de forma avassaladora, gerou contaminação genética e abriu caminho para empresas sementeiras e de biotecnologia legalizar a Biopirataria pela Lei 13.123/2015, possibilitando o registro de patente da biodiversidade. Também em discussão para alteração pela bancada ruralista está a Lei de Sementes e de Proteção de Cultivares, através da PL 827/2015, que visa legalizar a cobrança de *royalties*, inclusive sobre as sementes cultivadas pelos agricultores, possibilitando até mesmo a criminalização caso as regras não sejam seguidas.

Também atinge diretamente os agricultores o PL 827/2015 que busca limitar os direitos destes ao produzir suas próprias sementes; do PL 1117/2015, "TERMINATOR", o qual libera as sementes estéreis, ou seja, que não germinam uma segunda vez. Denunciamos a falta de fiscalização e não aplicação de sanções à contaminação genética das sementes agroecológicas.

Vale lembrar que o PL 4148/2008, que declara o fim da rotulagem e altera os métodos para a detecção de transgênicos nos alimentos, já aprovado pela Câmara de Deputados e, em 2015, seguiu para o Senado Federal como PLC 34/2015, foi arquivado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, mas precisa ser analisado pela comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com maioria ruralista.

Percebe-se que a legislação tem afunilado para retirar os direitos dos agricultores. Porém precisa-se criar alternativas para resistir e proteger as sementes das contaminações. Uma das possibilidades está em identificar e isolar espaços de produção de sementes, bem como estimular a socialização (distribuição), que historicamente tem acontecido nas Festas das Sementes.

A Festa das Sementes está em sua 13ª edição, realizada no mês de Agosto, em Francisco Beltrão, foi articulada pelo Fórum Regional das Organizações dos Trabalhadores do Campo e da Cidade, com a participação de aproximadamente 1.500 pessoas. Houve momentos de discussão política com o tema: SEMENTES DA RESISTÊNCIA: CONSTRUINDO O PROJETO POPULAR. Assim, ao tornar-se ferramenta de resistência, de defesa, multiplicação e partilha das sementes, contribui para a soberania dos agricultores.

Na organização da Festa da Sementes, a

resistência é expressa não só no trabalho dos agricultores e agricultoras, camponeses e camponesas e suas organizações, mas avança no trabalho com as escolas do campo, o Colégio Agrícola, as Casas Familiares Rurais e Colégios da região sensibilizando as crianças e jovens para a proteção e preservação das sementes articulada a outra prática de agricultura, a agroecologia.

Este movimento materializou-se na festa em que todas as escolas do Campo de Francisco Beltrão e escolas de outros municípios fazeram-se presentes com uma grande quantidade de sementes resgatadas. O Colégio Agrícola é o destaque, pois registrou quase 200 espécies diferentes disponibilizando-as para a troca.

Portanto, a cada Festa das Sementes, busca-se reanimar a luta em prol da biodiversidade, através da manifestação popular da região Sudoeste e de outras regiões do Paraná, que têm, neste momento, um espaço de expressão e denúncia, e também a materialização da construção dos rumos da sociedade que, a partir da preservação e troca de sementes, defende a agroecologia como projeto produtivo, parte do Projeto Popular para o Brasil.

Desde 2015, a Assesoar vem participando da Rede de Sementes da Agroecologia - ReSA. Neste ano, a ReSA participou ativamente das diversas festas, feiras e jornadas fortalecendo a produção e multiplicação de sementes bem como a troca de saberes e de sementes pelos guardiões. Ela também denunciou várias ameaças que vêm ocorrendo em relação ao livre uso da biodiversidade.

Rede Sementes da Agroecologia – ReSA

Motivados pela Campanha em defesa da semente crioula, “patrimônio dos povos a serviço da humanidade”, lançada no Fórum Social Mundial de 2003 pela Via Campesina, várias organizações e movimentos desenvolveram ações referentes às semente, como feiras, festas, resgate de variedades e identificação de guardiões que, há décadas, protegiam as sementes, mas não eram reconhecidos e valorizados. De todo esse processo surge a Rede Sementes da Agroecologia (ReSA).

A ReSA nasce para ser um espaço articulador e organizativo de todas essas iniciativas, no que diz respeito às sementes, dando maior visibilidade e capacidade política de enfrentamento às diversas ameaças sofridas e, principalmente, fortalecer a agroecologia como modelo para a produção de alimentos, garantindo maior autonomia às famílias produtoras e consumidoras, promovendo o conhecimento e a multiplicação das variedades e das experiências.

Conceituação:

A ReSA tem a função de ser um espaço de acesso à informação, de unificação e de luta pelos direitos dos camponeses(as), agricultores(as) agroecológicos(as), povos indígenas e comunidades tradicionais, congregando as diferentes iniciativas e replicando-as.

Sementes não são semente grãos: mas todo material propagativo vegetal e animal.

Cabe ressaltar que a Rede compreende que sementes são todas as formas de vida utilizadas para a multiplicação de uma espécie, ou seja, desde grãos, tubérculos, ovos e animais, são considerados sementes e fundamentais para a manutenção da biodiversidade e a produção de alimentos. Nesse sentido, as sementes são patrimônio da humanidade e direito fundamental para a manutenção da vida.

A Rede caracteriza-se como:

Espaço de troca de saberes, articuladora das ações voltadas à produção, multiplicação e preservação das sementes, de luta frente às constantes ameaças biológicas, químicas, socioeconômicas, ideológicas e legais de restrição de uso das sementes, de divulgação de ações, de denúncia e de intercâmbio.

Luta contra as ameaças preconceituosas e jurídicas que se estruturam, no âmbito do legislativo e do judiciário, para destruir quaisquer iniciativas que promovam o fortalecimento e a perpetuação das Sementes na soberania dos camponeses(as).

É uma organização informal, descentralizada e que respeita as diferenças regionais bem como os processos realizados pelas famílias, suas articulações e também os diferentes espaços organizativos existentes.

Desta forma, a ReSA - através da articulação e do diálogo das diferentes iniciativas relacionadas à preservação, produção, reprodução, comercialização e troca de sementes agroecológicas - luta para assegurar aos povos o livre acesso a elas como direito humano, garantindo a produção saudável de alimentos e a sua preservação para as presentes e as futuras gerações.

Participação da **Assesoar** nas festas, feiras e jornadas no ano de 2016

Inauguração da Casa das Sementes em Mandirituba

Neste ano, a Assesoar participou de diversos espaços de troca e comercialização de sementes bem como de informação e formação relacionadas ao tema.

Iniciamos com a participação na inauguração da Casa das Sementes em Mandirituba. Espaço este onde a ABAI e a AOPA, juntamente com a Rede Sementes da Agroecologia promovem a produção, especialmente de sementes de hortaliças bem como a sua seleção e limpeza, garantindo a qualidade para quem as adquire.

Na sequência, participamos, no mês de maio, da Feira de Economia Solidária e Agroecologia – FESA. A feira tem como objetivo a promoção da agroecologia com sementes, alimentos e troca de conhecimento. A FESA, promovida pelo CEAGRO e MST, está em sua 4º edição na região do município de Laranjeiras do Sul e arredores, território com grande número de assentamentos da reforma agrária.

No dia 30 de julho participamos da Festa das Sementes, junto a 15ª Jornada de Agroecologia, no município da Lapa. Esta festa buscou reafirmar que as sementes são patrimônio dos povos e devem estar a serviço de toda a humanidade, além de comemorar as 15 edições de jornadas de agroecologia.

Já no dia 7 de agosto participamos da 14ª Feira Regional de Sementes Crioulas e da Agrobiodiversidade, em Palmeiras. Esta festa é promovida pela AS-PTA e Coletivo Triunfo.

No dia 28 de agosto, participamos da Festa das Sementes, em Mandirituba, promovida pela Fundação Vida para Todos – ABAI. A festa foi marcada pela diversidade de entidades presentes e pela união dos povos em defesa das sementes e da agroecologia.

Feira de Economia Solidária e Agroecologia FESA - Laranjeiras do Sul

15ª Jornada de Agroecologia, no município da Lapa

14ª Feira Regional de Sementes Crioulas e da Agrobiodiversidade, em Palmeiras

Festa das Sementes, em Mandirituba

A questão agrária no Brasil

Concentração fundiária e as terras para estrangeiros

André Duarte
Felipe Grisa

Diante da atual crise do capitalismo, velhas pautas começam a ressurgir, ao mesmo tem-po que-se evidencia a luta de classes: burguesia versus trabalhadores e seus fracionamentos buscam saídas para a crise. Momento este que abre possibilidades para inúmeras interpretações e proposições de avanço ou retrocesso social.

Nesse contexto, tomar posição é fundamental, tendo em vista, principalmente, os últimos acontecimentos que apontam saídas neoliberais para crise. Os conflitos e contradições correntes no governo são apenas reflexos do que vem ocorrendo na estrutura da sociedade, sobretudo na sua forma de reprodução e organização da produção.

A história tem demostrado que as principais saídas neoliberais para crise do capitalismo (quando a classe trabalhadora não consegue intervir) passam pelo aumento da exploração do trabalho e intensificação da apropriação dos meios de produção, principalmente os recursos naturais. Sobretudo, os monopólios se fortalecem e os trabalhadores são obrigados a pagar a conta.

Esta crise do capitalismo tem-se revelado nos aspectos políticos, ambientais e econômicos. Porém, no caso brasileiro, o setor do chamado agronegócio[1] (setor altamente subsidiado pelo Estado) tem tido resultados crescentes no PIB nacional, motivo de exaltações dos atores desse setor, que contam com espaço significativo no Congresso Federal, influenciando diretamente as posturas do governo nos últimos tempos.

Na divisão internacional do trabalho, o

Brasil tem assumido o papel de país agroexportador, principalmente de *commodities* agrícolas (soja, milho, carnes, biocombustíveis, outros), não desconsiderando a exportação de outros produtos primários, como petróleo e minérios, que também saem do território nacional com baixo valor agregado. Nesse sentido, a política agrícola e econômica brasileira tem como grande objetivo o fortalecimento desse modelo agrícola em detrimento da produção de alimentos, da reforma agrária e do fortalecimento agricultura familiar e camponesa[2].

A produção e exportação de *commodities* como foco principal de um projeto político/econômico nacional revela parte do êxito do agronegócio, uma vez que praticamente toda estrutura do Estado está a seu serviço. Neste contexto, surgem novos e acirram-se velhos problemas e contradições no campo, por exemplo, os conflitos na luta pela terra, característica histórica da questão agrária em nosso país.

A Comissão Pastoral da Terra, divulga anualmente o documento Conflitos no Campo Brasileiro. Em 2015, chama atenção o tamanho da área em disputa e o número de assassinatos, em relação aos anos anteriores.

[1] Entende-se por agronegócio não apenas os latifúndios, mas também sua relação com as indústrias, empresas e bancos do setor.
[2] Entende-se por agricultura familiar camponesa aquelas unidades de produção agrícola familiar com pouca capacidade de reprodução de capital, limitadas a subsistência e em risco de desaparecer.

Tabela 1: Conflitos no Campo (2006 – 2015)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de Conflitos	**1.657**	**1.538**	**1.170**	**1.184**	**1.186**	**1.363**	**1.364**	**1.266**	**1.286**	**1.217**
Assassinatos	39	28	28	26	34	29	36	34	36	50
Pessoas Envolvidas	783.801	795.341	502.390	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102	816.837
Hectares	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160

Fonte: CPT, 2015.

São mais de 20 milhões de hectares em disputa, com crescente número de pessoas envolvidas. O número de assassinatos em 2015, revela que a disputa por terras cresce no Brasil. Só no estado do Paraná, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (um dos movimentos mais expressivos da luta pela terra) afirma ter mais de 10 mil famílias acampadas.

A concentração fundiária no Brasil também tem apresentado constante crescimento, sendo uma das principais características que permite o agronegócio manter-se forte na economia e uma das causas centrais da violência no campo. Tal crescimento pode ser observado através dos dados levantados pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e organizados pelo Projeto Dataluta.[3]

Tabela 2: Estrutura Fundiária Brasileira (2003 2014)

Classes de Área (ha)	**2003**		**2014**	
	Nº de Imóveis	**Área (ha)**	**Nº de Imóveis**	**Área (ha)**
TOTAL	**4.290.531**	**418.483.332,30**	**6.140.118**	**740.401.645,78**
Menos de 1	81.995	43.409,10	274.671	68.179,10
1 a menos de 10	1.327.802	6.595.189,50	1.933.796	9.644.866,09
10 a menos de 50	1.803.058	42.300.866,80	2.431.621	57.107.250,17
50 a menos de 100	485.956	33.481.543,20	665.642	46.170.133,05
100 a menos de 500	454.363	92.554.301,00	645.700	133.446.464,51
500 a menos de 2.000	104.253	96.519.297,90	141.892	131.893.863,84
2.000 a menos de 5.000	26.341	77.612.461,90	36.639	108.793.144,66
5.000 a menos de 20.000	6415	50.378.038,60	8691	72.467.100,40
20.000 a menos de 50.000	294	8.502.361,60	879	26.261.973,04
50.000 a menos de 100.000	32	2.181.546,40	222	15.806.316,49
100.000 e mais	22	8.314.316,30	365	138.641.532,26

Fonte: INCRA
Adaptado de: DATALUTA, 2015.

Os números apresentados mostram que entre 2003 e 2014, a área rural brasileira foi acrescida em mais de 321 milhões de hectares. Segundo a coordenação do Projeto, esse crescimento tem como possíveis razões o aumento de regularização fundiária,[4] avanço da fronteira agrícola e da grilagem.[5]

Embora o crescimento tenha ocorrido em todas as classes, nada se compara ao expressivo crescimento das áreas maiores que cem mil hectares. Esta passou de 22 imóveis em 2003 para 365 em 2014, incorporando mais de 130 milhões de hectares e elevando a média de hectares por imóvel nesta classe.

No mesmo período, as áreas com até 100 hectares também aumentaram, passando de 3,7 milhões para 5,3 milhões de imóveis. No entanto, nesse caso, a média de hectares por imóvel diminuiu. Logo, os números revelam que a repartição da terra no Brasil dá-se entre áreas de minifúndio, ao passo que o latifúndio concentra cada vez mais.

A conjuntura atual revela a necessidade de retomada dos debates e fortalecimento da luta pela Reforma Agrária, pois a propriedade da terra está sob domínio de cada vez menos pessoas, ao mesmo tempo que aumenta o número de outras buscando acesso a ela. Logo, não há como desconsiderar que a contradição de classes continua presente no campo e com perspectivas de agravo diante das medidas já tomadas pelo governo e de outras que estão prestes a serem aprovadas, a exemplo da facilitação da compra de terras brasileiras por estrangeiros.

Terras Brasileiras sob domínio de estrangeiros

Como parte da estratégia de um avanço ainda maior do projeto neoliberal no Brasil, debate-se, em regime de urgência, no Congresso Nacional – através da bancada ruralista - a facilitação de compras de terras brasileiras por estrangeiros. Esta proposta tem entre seus objetivos validar uma situação que já é preocupante – grandes áreas sob domínio estrangeiro - bem como promover seu avanço.

No Brasil, a compra de terras por estrangeiros é regulamentada pela Lei 5709/71. A mesma aponta que estrangeiros (pessoas físicas e jurídicas) não podem adquirir imóveis com área superior a 50 Módulos de Exploração Indefinida (MEI - varia de 5 a 100 hectares, dependendo do município) em área contínua ou descontínua. É importante dizer que na lei, no seu artigo 1º, parágrafo 1º, amplia-se o seu alcance a pessoas jurídicas brasileiras das quais participem, a qualquer título, "pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social e residam ou tenham sede no Exterior".

A lei estabelece que, no máximo, um quarto das terras de cada município pode pertencer a estrangeiros. Desse total, pessoas de mesma nacionalidade podem ter juntas 40%, ou seja, um décimo da área do município. Há também uma exigência de que a aquisição de áreas rurais com mais de 3 e menos de 50 MEI seja precedida de autorização do Incra e a que a aquisição superior a 100 módulos por pessoa jurídica e a 50 módulos por pessoa física, dependem de autorização do Congresso Nacional. Já áreas com até 3 módulos podem ser adquiridas livremente.

Mesmo diante das restrições acima citadas, a aquisição de terras por estrangeiro é preocupante no que tange à soberania nacional. Segundo dados disponibilizados, em 2011, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), estrangeiros possuíam um montante de 4,5 milhões de hectares de terras no Brasil, área equivalente ao território do Rio Grande do Norte, distribuídos em 3.692 municípios.

Outros dados, também apresentados pelo Incra para o mesmo período, indicam que 90% dessas áreas estariam concentradas em 12 Estados, havendo maior concentração em: Mato Grosso (19,8%), São Paulo (11,9%), Minas Gerais (11,3%) e Mato Grosso do Sul (10,8%), como indica a Tabela 3. No entanto, São Paulo é o Estado com maior número de imóveis rurais em mãos estrangeiras, totalizando 12.272.

Tabela 3 - Distribuição da áreas pertencentes a Estrangeiros por Estados

MT	19,8%
SP	11,9%
MG	11,3%
MS	10,8%
BA	8,3%
PR	6,5%
PA	5,5%
GO	5,1%
AM	5,0%
RS	2,6%
TO	2,3%
RJ	1,9%

Fonte: Incra, 2011

Estudos têm mostrado que grandes grupos de origem estrangeiras têm burlado a legislação e mascarado a titularidade de propriedade da terra. Segundo Pacheco (2015), nos municípios matogrossenses de Primavera do Leste, Campo Verde, Santo Antônio do Leste, General Carneiro, Barra do Garças e Poxoréu, um grupo argentino seria o verdadeiro proprietário de mais de 50 mil hectares, distribuídos em várias fazendas com registros em nome de laranjas de nacionalidade brasileira.

Nesses municípios, segundo testemunhas citadas por Pacheco, informações e documentos, em tese, comprovariam que um grande grupo do agronegócio, de origem argentina, manteria pelo menos uma dezena de "contratos de gaveta" com famílias tradicionais dos municípios, principalmente de Primavera do Leste. Tais contratos de compra e venda das terras, não registrados, seriam então cobertos por outros de hipoteca fiduciária (ou seja, de empréstimos) milionários ou de arrendamento.

Desviando às restrições da lei, pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras compram as terras brasileiras, mas não fazem a transferência das propriedades. Mantêm acordo com os antigos donos para que estes continuem figurando como proprietários. Segundo testemunha não identificada por Pacheco (2015):

> Os antigos donos passam então a apenas a assinar os documentos e toda a papelada que for necessária, as vezes como se as operações fossem mesmo realizadas por eles, em outras, como anuentes dos negócios entabulados pelos estrangeiros nos quais as terras entrem como garantia, principalmente nos casos de financiamentos com bancos estrangeiros ou nacionais e com as grandes compradoras e exportadoras.

Situações semelhantes à citada acima acontecem em diversas partes do país, mascarando os dados quantitativos oficiais de propriedade da terra por estrangeiros no Brasil. Logo, a situação certamente é mais grave que a apontada pelos dados do Incra (2011) e futuramente poderá ser ainda pior se o governo aprovar o Projeto de Lei (PL) *4059/12*, pautado pela bancada ruralista. Este PL contrapõem o texto da lei 5709/71 e objetiva deixar mais brandas as restrições de acesso à terras brasileiras por estrangeiros, facilitando a titularidade. Entre as medidas propostas, está a regularização de todas as compras de terras já realizadas até o momento por empresas ou cidadãos estrangeiros no País e a não restrição para compra ou arrendamento de terras por pessoas jurídicas brasileiras que sejam controladas direta ou indiretamente por estrangeiros.

O PL tem sido alvo de várias críticas por parte dos movimentos populares e também através do Ministério da Defesa, o qual salienta que o fim das restrições colocaria em risco a segurança nacional, principalmente em se tratando de aquisição de terras em faixas de fronteira.

O projeto, somado a outros que ferem a soberania nacional, a exemplo da entrega do pré-sal para grupos estrangeiros, faz parte da consolidação dos principais objetivos que levaram ao golpe implantado no Brasil recentemente: a abertura total do país aos interesses do capital estrangeiro e de sua classe dirigente.

A venda da terra para estrangeiros, além do risco à segurança nacional como apontando pelo Ministério da Defesa, agravará ainda mais

[3] Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra – é um projeto de extensão e pesquisa do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária – NERA – da Universidade Estadual Paulista – UNESP.

[4] A regularização fundiária rural consiste numa ação sociopolítica de garantia da segurança jurídica do título de propriedade aos agricultores familiares, contribuindo para sua permanência na terra e seu acesso às políticas públicas.

[5] Designa o ato de falsificar documentos para, ilegalmente, tomar posse de terras devolutas ou de terceiros. Antigamente para forjar o envelhecimento de documentos, os papéis falsificados eram colocados em uma caixa com grilos. Com o passar do tempo, a ação dos insetos dava aos documentos uma aparência envelhecida.

as ameaças à biodiversidade, à produção de alimentos, à agricultura familiar e camponesa, aos povos tradicionais e à preservação dos recursos naturais (principal foco de interesse do capital estrangeiro no Brasil). Na contramão da reforma agrária popular, o "entreguismo" das terras brasileiras aumentará a concentração fundiária, legitimando a lógica da terra como mercadoria e não como um bem com função social.

Movimentos e organizações mundiais, como a ONU (Organização das Nações Unidas), também já têm demonstrado preocupações com a aquisição de terras por estrangeiros especialmente nos países da África e da América Latina. Salientam que tal situação ocasiona, entre outras coisas, o avanço do cultivo agrícola em áreas de proteção ambiental, o aumento da especulação imobiliária, o crescimento da venda ilegal de terras públicas, a utilização de recursos de origem ilegal (lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, etc.), o aumento da grilagem de terras, a proliferação de "laranjas" na aquisição dessas terras, o aumento da biopirataria na região amazônica, entre outros.

O *PL 4059/12,* entre outros que estão tramitando bem como medidas já tomadas pelo governo, mostram que as ofensivas do capital se intensificarão nos mais diversos espaços de nossa sociedade, principalmente nos setores produtivos, como na agricultura. No projeto de interesses do Capital (inserido nas instâncias de Estado e Governo) não tem espaço para a Agricultura Familiar, Camponesa e Povos Tradicionais, logo, é fundamental que as organizações e movimentos populares, junto aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, fortaleçam a resistência mas também, construam projetos de desenvolvimento na contraposição ao hegemônico (de interesses) alicerçado no agronegócio.

Diante desta conjuntura, é preciso somar forças em ações que tenham como objetivo fortalecer a soberania, a segurança alimentar (a partir de produção de alimentos livres de agrotóxicos), a autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras, a luta pela terra, reforma agrária e articular trabalhadores do campo e cidade.

Leituras de Apoio:

Agência Brasil. **MST reagirá a venda de terras para estrangeiros.** Disponível em: http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/245581/%E2%80%9CMST-reagir%C3%A1-a-venda-de-terras-para-estrangeiros%E2%80%9D.htm

Agência Câmara Notícias. **Restrição à compra de terras por estrangeiros é prioridade de comissão.** Disponível em: http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/AGROPECUARIA/200262-RESTRICAO-A-COMPRA-DE-TERRAS-POR-ESTRANGEIROS-E-PRIORIDADE-DE-COMISSAO.html

FERNANDES, J. **Porcentagem de estrangeiros donos de terras no Brasil.** Disponível em: http://podasestradas.blogspot.com.br/2011/08/porcentagem-de-estrangeiros-donos-de.html

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2015**. Disponível em: http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015

DUARTE, R. **Terras rurais e estrangeiros: os prejuízos causados pelo parecer da AGU. Disponível em:** http://www.conjur.com.br/2015-out-23/terras-rurais-estrangeiros-prejuizos-causados-parecer-agu

MOTA, T. **Aumento da estrutura fundiária do país revela maior concentração de terras.** Disponível em: http://minaslivre.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=741

PACHECO, A. **Grupo estrangeiro usa "testas de ferro" para esconder compra de terras no Brasil.** Disponível em: http://www.copopular.com.br/brasil/id-198945/grupo_estrangeiro_usa__testas_de_ferro__para_esconder_compra_de_terras_no_brasil

SAMPAIO, C. **PL que libera venda de terra rural para estrangeiros põe em xeque soberania nacional.** Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2016/07/21/pl-que-libera-venda-de-terra-rural-para-estrangeiros-poe-em-xeque-soberania-nacional/

SOUZA, M. **Debatedores divergem sobre projeto de lei que regula compra de terras por estrangeiros.** Disponível em: http://www.mst.org.br/2016/07/19/debatedores-divergem-sobre-projeto-de-lei-que-regula-compra-de-terras-por-estrangeiros.html

UNESP. **Dataluta Brasil 2014 mostra aumento da estrutura fundiária.** Disponível em: http://www.ippri.unesp.br/#!/noticia/305/dataluta-brasil-2014-mostra-aumento-da-estrutura-fundiaria/

VI Encontro Sul-brasileiro de organizações e movimentos sociais

Organizar a resistência e a defesa de direitos!

Organização: Andreia F. Vansetto Soares
Gelsi A. Dutra

Como forma de resistência, as organizações e movimentos sociais do Sul do Brasil reuniram-se para dialogar sobre o impacto da nova Lei Federal 13.019/2014 nas parcerias entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil - OSCs na execução das políticas públicas.

Assim, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG, com suas associadas dos três Estados do Sul, nos dias 30 e 31 de agosto realizou o VI Encontro Sul-brasileiro de Organizações e Movimentos Sociais com o lema "Organizar a Resistência e a Defesa de Direitos", para dialogar e discutir temas como a resistência democrática contra o golpe midiático-jurídico-parlamentar em curso, refletir sobre os legados das conquistas dos movimentos sociais e populares, nos últimos anos, apontar a necessidade de reflexão e autocrítica sobre as práticas tanto dos governos, quanto dos partidos populares e movimentos sociais e analisar o novo quadro de sustentabilidade das organizações e projetos sociais frente à Lei do Marco Regulatório de acesso a recursos públicos, Lei 13019/2014, e a nova postura da Cooperação Internacional.

Em março de 2016, foi assinado o decreto 8.726/2016 que regulamenta a aplicação da lei 13.019/2014, Lei do Marco Regulatório das

Organizações da Sociedade Civil, que entrará em vigor a partir de 2017. Este importante marco, defendido pela Abong, é uma conquista histórica para as organizações sociais. Esta nova lei, como a denominação expressa, é um novo margo regulatório para que as organizações da sociedade civil possam ter acesso a recursos públicos de forma transparente, com objetivos e obrigações bem definidas e, principalmente, o controle deve se dar nos resultados finalísticos da ação e não apenas nas formalidades burocráticas.

As Organizações da Sociedade Civil, na sua maioria, são formadas por pessoas com grande sensibilidade social que colocam suas vidas a serviços de uma causa de interesse coletivo na defesa e garantia dos direitos. Em geral, o segmento mais afeito aos trâmites burocráticos e ao cumprimento de normas que, muitas vezes, faziam pouco sentido. O perfil de quem se indigna com a pobreza e a dor alheia, nem sempre se junta, com regras de etiquetas e comportamentos. Por isso, a implantação de um marco regulatório com foco nos resultados finais das ações planejadas e executadas através das políticas públicas é uma mudança substancial para, não só qualificar as próprias políticas e as ações das organizações da sociedade civil como também para combater a crescente criminalização da ação social que vinha instalando-se no ambiente jurídico, político e midiático.

No intuito de conhecer e aprofundar a Lei 13.019/2014, reuniram-se em Francisco Beltrão/PR, no VI Encontro 80 participantes de aproximadamente 40 organizações e movimentos sociais do Sul do Brasil.

Destacamos, que o VI Encontro teve apoio da ItaipúBinacional, da Fundação Luterana de Diaconia e ABONG. Também, teve a contribuição na realização e organização do evento das organizações associadas da ABONG: Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR; Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA; Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP; Instituto de Estudos Juridicos de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – IDHES; e Centro de Educação e Assessoramento Popular – CEAP.

Embalados por uma metodologia participativa, com dinâmicas e místicas que embalaram os vários momentos, foi possível um debate aprofundado entre as organizações e movimentos presentes, a troca de experiências, a celebração de vitórias e conquistas e o revigoramento para as lutas que virão.

Como temas de aprofundamento, debateu-se também a conjuntura atual. Todas as falas foram no sentido de que há o encerramento de um ciclo de conquistas e o período que se inicia será de disputas diretas; não haverá espaço para dúvidas sobre de que lado se deve estar na luta social. Por isso, temas como a necessidade da formação política de novas lideranças; a importância da retomada do chamado "trabalho formiguinha" na base de nossas comunidades urbanas e rurais; a importância da incorporação das novas linguagens e saberes dos povos tradicionais ciganos, indígenas, de matriz africana e comunidades tradicionais, da juventude negra das periferias; das novas tecnologias como a democracia digital; do empoderamento das mulheres com seu protagonismo e força; e das pessoas portadoras de deficiência foram enfatizadas para que seja fortalecido o projeto popular.

No tema da sustentabilidade, a grande maioria das lideranças presentes tinha mais dúvidas do que certezas quanto ao novo ordenamento jurídico de acesso a recursos públicos. Depois de uma apresentação sobre a posição da Abong sobre a nova lei, suas qualidades e riscos, a grande maioria diz-se mais esclarecida sobre o tema e motivada a levar a discussão para seus municípios e organizações.

Já sobre a relação com a Cooperação Internacional, a participação da experiência da Plataforma de Articulação e Diálogo – PAD foi essencial para despertar, nas organizações da região Sul, a necessidade da retomada do diálogo político com as agências de financiamento e cooperação a respeito da necessidade de novas parcerias.

Ao final do encontro, foi redigida uma Carta que denuncia o golpe midiático-jurídico-parlamentar contra a democracia brasileira indicando que este golpe não é contra a Presidente Dilma, o ex-presidente Lula ou o PT. É, sim, um golpe contra as conquistas sociais das classes populares e, por isso, a palavra de ordem será resistência, unidade popular e luta.

Abong

6º ENCONTRO SULBRASILEIRO DE ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS

30 E 31 DE AGOSTO DE 2016 | FRANCISCO BELTRÃO/PR

Carta do VI Encontro Sulbrasileiro de Organizações e Movimentos Sociais

Nós, trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, das organizações e movimentos sociais do sul do Brasil, reunidos no VI Encontro Sulbrasileiro em Francisco Beltrão, manifestamos nossa indignação e revolta ao golpe contra a democracia e a retirada dos direitos do povo brasileiro.

A ruptura à democracia perpetrada pelas elites não visa apenas a destituição de uma Presidenta legitimamente eleita por 54 milhões de brasileiras e brasileiros, mas atacar os direitos conquistados e, principalmente, entregar as riquezas nacionais ao capital financeiro internacional nos colocando "de joelhos" frente às grandes potencias mundiais.

Estamos convencidos que o retrocesso em andamento é motivado pelos acertos implementados através das políticas sociais de inclusão das mulheres, negras e negros, juventudes, trabalhadores rurais e urbanos, movimentos populares urbanos e rurais, povos tradicionais ciganos, indígenas, de matriz africana e comunidade tradicional quilombolas, movimentos LGBTT e tantos outros historicamente invisíveis e à margem das políticas do estado brasileiro. Neste sentido, reafirmamos a importância da implementação das políticas de acesso e transparência a recursos públicos recém conquistados, em especial, pela aprovação do Marco Regulatório efetivado pela Lei Federal 13.019/2014.

Reafirmamos que o único caminho para o povo brasileiro é a resistência e luta cotidiana contra a retirada de direitos, pela radicalização da democracia garantindo a soberania nacional. Isso só será possível com a unidade dos movimentos populares, fortalecendo sua autonomia em relação ao estado e aos governos, garantindo a articulação com os demais movimentos populares latino-americanos, rumo à construção do Projeto Popular.

RESISTÊNCIA, UNIDADE POPULAR E LUTA!

Francisco Beltrão, 31 de Agosto de 2016.

Visita de Representantes das agências financiadoras

Esteve visitando a Assesoar a Tina que é a responsável pelo acompanhamento do projeto da Assesoar que é apoiado por Pão Para o Mundo - PPM, esta visita aconteceu no dia 11 de abril. O objetivo da visita foi dialogar sobre o andamento das ações do projeto. Na oportunidade foi realizado visita na UPVF de Luiz e Mônica Freire em Ampére, que é uma família beneficiária. Também, foi realizada uma conversa com equipe e direção da Assesoar, sobre o projeto anterior, e o em andamento e sobre linhas estratégicas de PPM, para os próximos anos. Sendo o **estratégico de PPM:** fortalecer os povos; fortes relações com as igrejas; condições de vida digna; aumentar a capacidade de paz; consciência e compromisso com a política de desenvolvimento. Na América Latina um dos focos de PPM, é: DHESCAS - Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais, Ambientais e Sexuais; agronegócio, mineração, conflitos com recursos naturais, Incidência mais forte junto as indígenas e o direito a alimentação. Avalia-se muito importante estas visitas, pois possibilita uma relação mais próxima entre a Assesoar a e agência de cooperação.

Neste ano também recebemos a visita de Yvonne representando do Comitê Católico de Combate a Fome e de Desenvolvimento - CCFD. A vista aconteceu em Agosto, na qual foi realizado um dialogo com equipe e direção da Assesoar, com as colocações do projeto em andamento e também, sinalizou as linhas estratégicas de CCFD no Brasil. Foi realizado visitas na UPVF de Adir e Sirlei Lino em Coronel Vivida e na UPVF da Janete e o Sergio em Francisco Beltrão. Yvonne, colocou a importância da Assesoar para CCFD na sua linha estratégica. A mesma, informou que não estaria mais acompanhando os projetos na América Latina, pois a cada 8 anos CCFD, faz a troca das pessoas nos setores de acompanhamento.

Também, recebemos a visita do Jornalista Francês Jean Claude Gerez, que trabalha na revista "Faim et Développement Magazine", que é uma revista de CCFD, para realizar uma reportagem sobre as consequências para a Agricultura Familiar da política do novo governo, assim organizamos uma pauta de visitas aos agricultores acompanhados pela ASSESOAR, sendo: Adir, Luiz Freire, Sergio, Barreto e no acampamento Dom Tómas Baldoino em Quedas do Iguaçu.